

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.591 - SP (2016/0059527-0)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : TRANSMETAL LIMITADA  
ADVOGADO : JANDIR JOSÉ DALLE LUCCA E OUTRO(S) - SP096539  
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL  
INTERES. : ARTUR VICINTIN NETO  
INTERES. : ARACY RIGHI VICINTIN

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VERBA HONORÁRIA FIXADA EM 20% SOBRE O VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA (R\$ 286.694,18). QUANTUM CONSIDERADO EXORBITANTE DIANTE DAS CARACTERÍSTICAS DA DEMANDA. ALTERAÇÃO DO JULGADO PARA FIXAR A VERBA HONORÁRIA EM 10% SOBRE O VALOR DA CAUSA. MULTA DO ART. 538 DO CPC/1973. EXCLUSÃO. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTETÓRIO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A orientação desta Corte Superior é de que a revisão dos honorários advocatícios fixados pelas instâncias ordinárias somente é admissível em situações excepcionais, quando o valor revelar-se manifestamente irrisório ou excessivo, por demandar, em tese, a averiguação e avaliação do contexto fático-probatório dos autos.

2. Não há falar em ausência de prequestionamento da matéria quando, por meio de Aclaratórios, o Ente Público expressamente manifestara o interesse em ver apreciada a questão referente aos honorários advocatícios. Seguiu-se ao não acolhimento de sua pretensão, a arguição de ofensa ao art. 535 do CPC/1973.

3. Na hipótese dos autos, a verba honorária fora fixada pela origem no percentual de 20% sobre o valor da causa (R\$ 286.694,18), mostrando-se manifestamente exorbitante diante das características da demanda.

4. Neste contexto, entende-se ser razoável reduzi-la para 10% sobre o valor dado à causa, atualizado.

5. Quanto à multa do parágrafo único do art. 538 do CPC/1973, tem-se que, no caso dos autos, os embargos de declaração foram opostos com o intuito de prequestionar a matéria, de modo que não há por que inquiná-los de protelatórios, como requer a parte agravante. Fica mantida a exclusão da penalidade imposta, consoante decidido.

6. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao Agravo Interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR

